

Universidades Lusíada

Monteiro, Rafaela Cardoso

O estatuto socioeconómico, a orientação política e o envolvimento com o desenvolvimento sustentável em estudantes universitários : um estudo transversal

<http://hdl.handle.net/11067/8239>

Metadados

Data de Publicação

2025

Resumo

A presente investigação teve como objetivo principal analisar de que forma o estatuto socioeconómico e a orientação política se relacionam com o envolvimento e não envolvimento com o desenvolvimento sustentável, numa amostra de 330 estudantes universitários (M idade = 19 anos, 26,4% masculino). Inserido no contexto da sustentabilidade e dos seus desafios inerentes, enfatiza a necessidade de compreender os fatores que podem ou não promover o envolvimento nesta tarefa. O preenchimento do questionário...

The main concern of this study was to test how socioeconomic status and political conservatism relate to both engagement and disengagement with sustainable development in a sample of 330 university students (M age = 19 years, 26.4% male). Framed within the importance of understanding the factors that may foster or hinder engagement with this global objective. Participants completed an online survey that included the Engagement/Disengagement in Sustainable Development Inventory (EDiSDI), the Fami...

Palavras Chave

Psicologia, Psicologia clínica, Avaliação psicológica - Aspectos socioeconómicos, Avaliação psicológica - Orientação política - Estudantes universitários, Teste psicológico - Engagement/Disengagement in Sustainable Development Inventory, Teste psicológico - Family Affluence Scale III, Teste psicológico - Social and Economic Conservation Scale

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-IPCE] Dissertações



Universidade Lusíada
Porto

O Estatuto Socioeconómico, a Orientação Política e o Envolvimento com o Desenvolvimento Sustentável em Estudantes Universitários: um Estudo Transversal

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica
Instituto de Psicologia e Ciências da Educação
Universidade Lusíada

PORTO, 2025

Rafaela Cardoso Monteiro



**instituto de psicologia
e Ciências da Educação**
Universidade Lusíada



Universidade Lusíada
Porto

O Estatuto Socioeconómico, a Orientação Política e o Envolvimento com o Desenvolvimento Sustentável em Estudantes Universitários: um Estudo Transversal

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica
Instituto de Psicologia e Ciências da Educação
Universidade Lusíada

PORTO, 2025

Rafaela Cardoso Monteiro

Trabalho efetuado sob a orientação do/a Prof. Doutor Richard Inman



**instituto de psicologia e
Ciências da Educação**
Universidade Lusíada

AVISO LEGAL

O conteúdo desta tese reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta tese pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela. Ao entregar esta tese, o/a autor(a) declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção referências. O autor, declara, ainda, que não divulga na presente tese quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Chegar até aqui foi tudo, menos linear. Este documento representa muito mais do que um trabalho académico – é o reflexo de um percurso feito de esforço, equilíbrio, dúvidas, vitórias e, acima de tudo, de apoio.

Começo por agradecer aos meus pais, pois sem eles nada do que atingi seria possível. Obrigada por me abrirem todas as portas que puderam e partilharem comigo este percurso com apoio incondicional desde o primeiro dia. Esta conquista também é vossa.

Ao meu namorado, que esteve ao meu lado em todos os momentos. Obrigada por me ouvires, por me acalmares nos dias difíceis e por me lembrares, vezes sem conta, de que eu era capaz. O teu apoio constante foi essencial para manter-me firme quando tudo parecia demais.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Richard Inman, pela orientação rigorosa, disponibilidade e paciência. Obrigada por respeitar o meu ritmo e por ajudar a dar forma científica às minhas ideias.

À amiga que a faculdade me deu – obrigada por seres mais do que isso, por seres companhia, consolo e riso em tantas fases deste caminho.

Aos meus amigos, incluindo os que o trabalho me proporcionou, pelo entendimento, pela flexibilidade e por nunca me fazerem sentir em falta quando a universidade precisava mais de mim. A vossa empatia foi constante. Sempre souberam festejar comigo cada pequena vitória. Mesmo longe da academia, fizeram-me sentir que este percurso era nosso.

A todas as pessoas, familiares ou conhecidos que, de alguma forma, deixavam palavras de conforto e força para lutar pelo que queria.

Aos meus amores de quatro patas, os que estão em vida e os que vão estar sempre no coração, por serem o constante, noite e dia. Obrigada pelo amor incondicional que recebo sempre.

Por fim, a mim, pela dedicação e o esforço. Tenho orgulho do equilíbrio que consegui manter entre todas as exigências que ser trabalhador-estudante traz, especialmente neste ano marcado por novos desafios e responsabilidades.

Declaração sob compromisso de honra

(Artigo 6.o, n.o 2 das Normas e orientações para a submissão de trabalhos académicos na plataforma Urkund para deteção de similaridade e plágio)

Eu, abaixo assinado, tenho consciência de que a prática de plágio consiste numa forma de violação da integridade académica, constituindo um crime punível por lei com relevância nos regimes disciplinar, civil e criminal. Nesse sentido, declaro por minha honra que a dissertação/tese apresentada é original e que todas as fontes, incluindo as da minha autoria, estão devidamente identificadas e referenciadas.

Porto, 23 de junho de 2025

A Estudante

Rafaela Cardoso

Índice

<i>Índice de tabelas</i>	8
<i>Resumo</i>	9
<i>Abstract</i>	10
<i>Palavras-chave</i>	11
<i>O Estatuto Socioeconómico, a Orientação Política, e o Envolvimento com o Desenvolvimento Sustentável em Estudantes Universitários: Um Estudo Transversal...</i>	13
<i>Enquadramento Teórico</i>	15
Desenvolvimento Sustentável	16
Envolvimento e não-envolvimento	19
Envolvimento	19
Não envolvimento (“Disengagement”)	20
Multidimensionalidade	21
Responsividade a fatores internos e externos	21
Predição de resultados relevantes	23
Envolvimento e Não Envolvimento com o Desenvolvimento Sustentável	24
Exploração de Preditores Sociodemográficos do Envolvimento e do Não Envolvimento com o Desenvolvimento Sustentável	26
Estatuto socioeconómico.....	26
Orientação Política (Liberal-Conservador)	28
<i>Objetivos</i>	30
Objetivo geral	30
Objetivos específicos e hipóteses	30

Metodologia	31
Design de investigação	31
Participantes	31
Instrumentos.....	32
Engagement/Disengagement in Sustainable Development Inventory	32
Family Affluence Scale III.....	33
Social and Economic Conservation Scale.....	33
Procedimentos	34
Considerações éticas	34
Análise de dados.....	35
Resultados.....	36
Análise Descritiva.....	36
Análise Correlacional	38
Análise Testes Multivariados do Envolvimento.....	40
Análise Testes Multivariados do Não Envolvimento.....	40
Discussão	41
Questão de Investigação 1: As dimensões do envolvimento e não envolvimento com o desenvolvimento sustentável foram maioritariamente não significativamente correlacionadas com o estatuto socioeconómico e o conservadorismo político	41
Questão de Investigação 2: O estatuto socioeconómico e o conservadorismo político não estão significativamente relacionados com o envolvimento com o desenvolvimento sustentável, depois do controlo para a idade e o género	44

Questão de Investigação 3: O conservadorismo político está significativamente relacionado com o não envolvimento com o desenvolvimento sustentável, depois do controlo para a idade e o género.....	45
Implicações Práticas	46
Limitações e Investigações Futuras	47
Conclusão.....	49
<i>Referencias</i>	50

Índice de tabelas

Tabela 1 - Estatística Descritiva	37
Tabela 2 - Correlações de Spearman	39

Resumo

A presente investigação teve como objetivo principal analisar de que forma o estatuto socioeconómico e a orientação política se relacionam com o envolvimento e não envolvimento com o desenvolvimento sustentável, numa amostra de 330 estudantes universitários (M idade = 19 anos, 26,4% masculino). Inserido no contexto da sustentabilidade e dos seus desafios inerentes, enfatiza a necessidade de compreender os fatores que podem ou não promover o envolvimento nesta tarefa. O preenchimento do questionário, pelos participantes, foi realizado online, e inclui o Inventário de Envolvimento/Não Envolvimento com o Desenvolvimento sustentável (EDiSDI), a Escala de Afluência Familiar (FAS III) e a Escala de Conservadorismo Social e Económico (SECS). Após a recolha dos dados, foram calculadas correlações de *Spearman* entre as variáveis e regressões múltiplas multivariadas, com controlo da idade e do género. O envolvimento com o desenvolvimento sustentável não se mostrou significativamente correlacionado nem com o estatuto socioeconómico, nem com a orientação política, apontando, com este resultado, para a alteração do construto como um valor transversal à ideologia política ou ao estatuto social e económico. Já o não envolvimento, não revelando correlações estatísticas com o estatuto socioeconómico, mostrou-se significativamente correlacionado com o conservadorismo político, especificamente com o não envolvimento emocional. Esta revelação acentua a necessidade de adaptar estratégias de comunicação, em função da promoção da sustentabilidade, a um público mais conservador, bem como reforça a importância de compreender as perceções emocionais inerentes ao não envolvimento sustentável.

Abstract

The main concern of this study was to test how socioeconomic status and political conservatism relate to both engagement and disengagement with sustainable development in a sample of 330 university students (M age = 19 years, 26.4% male). Framed within the importance of understanding the factors that may foster or hinder engagement with this global objective. Participants completed an online survey that included the Engagement/Disengagement in Sustainable Development Inventory (EDiSDI), the Family Affluence Scale III (FAS-III) and the Social and Economic Conservatism Scale (SECS). After data collection, Spearman's correlations between variables were computed followed by two multivariate multiple regressions controlling for age and gender. Engagement with sustainable development was not found to be significantly correlated with either socioeconomic status or political orientation, suggesting the shift in this construct toward becoming a value that transcends political ideology and socioeconomic background. Conversely, although disengagement was not statically associated with socioeconomic status, it showed a significant positive correlation with political conservatism, particularly in its emotional dimension. These finding highlight the importance of tailoring sustainability communication strategies to more conservative audiences and underscore the need to better understand the emotional perceptions that underlie disengagement from sustainability relates causes.

Palavras-chave

Desenvolvimento Sustentável; Envolvimento; Não Envolvimento; Estatuto Socioeconómico; Orientação Política; Estudantes Universitários

Lista de Abreviaturas

CIPD – Centro de Investigação em Psicologia para o Desenvolvimento

DS – Desenvolvimento Sustentável

EC – Envolvimento Cognitivo

EDiSDI - Inventário de Envolvimento/Não envolvimento com o Desenvolvimento Sustentável

EDS – Envolvimento com o desenvolvimento sustentável

EE – Envolvimento Emocional

EK – Envolvimento Comportamental

ESE – Estatuto socioeconómico

FAS – Family Affluence Scale (Escala de Afluência Familiar)

FAS III – Terceira versão da Family Affluence Scale

IQR – Intervalo Interquartil

NEC – Não Envolvimento Cognitivo

NEDS – Não Envolvimento com o Desenvolvimento Sustentável

NEE - Não Envolvimento Emocional

NEK - Não Envolvimento Comportamental

OP – Orientação Política

SECS – Social and Economic Conservatism Scale

O Estatuto Socioeconómico, a Orientação Política, e o Envolvimento com o Desenvolvimento Sustentável em Estudantes Universitários: Um Estudo Transversal

Faltam exatamente 1653 dias para enfrentarmos a realidade de uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável aquém dos objetivos propostos. A assembleia Geral das Nações Unidas (2015) determinou 17 objetivos que deveriam ser cumpridos até 2030 para garantir um desenvolvimento sustentável e o bem-estar do planeta e de todos os que vivem nele. O relatório do *World Bank Group Partnership Fund* (2023) demonstrava o incumprimento destas metas no tempo proposto e refletia sobre as conseqüentes crises que surgiram para dificultar este caminho e limitar o progresso.

Esta realidade torna evidente a urgência para a consciencialização e envolvimento de todos com o desenvolvimento sustentável, bem como a necessidade de perceber o que pode ser feito para reverter estas dificuldades e potenciar o resultado. Este envolvimento é entendido, atualmente, como um processo multidimensional que integra componentes emocionais, cognitivas e contextuais. A investigação recente sugere que este envolvimento não é universal e depende, em grande parte, de fatores como o estatuto socioeconómico, a orientação política e os valores culturais (Lübke, 2022; Milfont et al., 2015).

A literatura mostra que crenças sobre as alterações climáticas, muitas vezes utilizadas como forma de medir a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável, estão fortemente associadas a determinantes socioeconómicos, culturais e ideológicos. Por exemplo, Weckroth e Ala-Mantila (2022) refletem sobre a forma como populações com um estatuto socioeconómico mais baixo demonstram maior ceticismo em relação a este tema, identificando padrões nas classes sociais europeias. Já Lübke (2012) revela correlações entre a negação ou incerteza face a alterações climáticas e níveis baixos de escolaridade ou condições económicas mais vulneráveis, bem como a valores conservadores e menor confiança em instituições científicas. Do mesmo modo, Hornsey et al. (2016), através de

mete-análises, reforçam que variáveis como a orientação política conservadora se constituem como um dos preditores mais robustos em relação ao ceticismo climático. Estas crenças, por sua vez, influenciam não apenas as atitudes, mas também a probabilidade de adoção de comportamentos pró-sustentabilidade. Assim, compreender como as convicções sociais e ideológicas moldam o envolvimento, ou o não envolvimento, com o desenvolvimento sustentável é essencial para informar políticas públicas e estratégias educativas eficazes.

Neste contexto, o presente estudo visa aprofundar a compreensão sobre como o estatuto socioeconómico e a orientação política influenciam o envolvimento com o desenvolvimento sustentável. Pretende-se analisar a forma como esses fatores se relacionam com as dimensões emocionais, cognitivas e comportamentais do envolvimento, tendo como foco uma população de estudantes universitários. Ao reconhecer que o comportamento sustentável resulta da interação entre experiências individuais e forças contextuais (Moreira et al., 2021a), esta investigação procura contribuir para um entendimento mais preciso dos obstáculos e facilitadores à mudança comportamental em direção à sustentabilidade.

Enquadramento Teórico

O tema do desenvolvimento sustentável parece ser relativamente recente em discussões científicas (McKenzie-Mohr, 2000; Oskamp, 2000), no entanto, isto não o torna um tópico de pouca importância. A assembleia Geral das Nações Unidas (2015) determinou 17 objetivos que deveriam ser cumpridos até 2030 em que incluíram (1) acabar com a pobreza no mundo todo; (2) acabar com a fome, atingir segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover agricultura sustentável; (3) garantir uma vida saudável e promover o bem-estar de todos em todas as idades; (4) garantir uma educação igual, inclusiva e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; (5) atingir igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas; (6) garantir uma gestão sustentável de água e saneamento para todos; (7) garantir acesso a energia economicamente acessível, confiável, sustentável e moderna para todos; (8) promover um crescimento económico inclusivo e sustentável, emprego completo e produtivo e trabalho decente para todos; (9) contruir infraestruturas resilientes, promover industrialização inclusiva e sustentável e adotar inovações; (10) reduzir desigualdades dentro e entre os países; (11) tornar as cidades e aglomerações humanas inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; (12) garantir padrões de consumo e produção sustentáveis; (13) uma ação urgente para combater alterações ambientais e os seus impactos; (14) conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marítimos para um desenvolvimento sustentável; (15) proteger, restaurar e promover o uso sustentável de ecossistemas terrestres, gestão sustentável das florestas, combater a desertificação, parar e reverter a degradação da terra e parar a perda da biodiversidade; (16) promover sociedades pacíficas e inclusivas para um desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas a todos os níveis; e (17) fortalecer os meios de implementação e revitalização de parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. Esta

assembleia, assim como ações futuras de grandes potências e organizações mundiais demonstram a urgência desta preocupação e refletem sobre o trabalho que ainda é necessário ser feito para lá chegar.

O relatório do *World Bank Group Partnership Fund* (2023) demonstrava o incumprimento destas metas no tempo proposto e referia dificuldades acrescidas para atingir estes objetivos, como a pandemia mundial por COVID-19, preocupações planetárias, ambientais e económicas, aumento do custo de vida e inflação, conflitos internacionais, como a guerra entre a Ucrânia e a Rússia, e até desastres naturais, tornando evidente a urgência para a consciencialização e envolvimento com o desenvolvimento sustentável. Para isto, é essencial perceber os conceitos associados.

Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável tem-se tornado uma referência para a investigação científica sobre o ambiente e desenvolveu-se como um paradigma para o desenvolvimento desde a sua primeira aparição no *Brundtland Report* em 1987 (Butlin, 1989), uma vez que chamou a atenção para a sua base ampla em comparação com outros conceitos desenvolvimentais (Mensah, 2019). Desde o *Earth Summit* do Rio de Janeiro, este conceito tem sido incorporado em constituições e acordos e relacionado com temáticas como negócios, produção agrícola, indústrias e desenvolvimento urbano (Ruggerio, 2021), mas a sua definição não é consensual entre os investigadores. Além da associação constante com o conceito de sustentabilidade, tem estado associado a diferentes definições, significados, interpretações e perspetivas (Mensah, 2019).

A definição mais citada deste conceito refere-se à proposta no *Brundtland Commission Report* (Schaefer & Crane, 2005) que explica o desenvolvimento sustentável como um desenvolvimento que vai de encontro às necessidades da geração corrente sem comprometer a capacidade de gerações futuras responderem às próprias necessidades, isto

é, o desenvolvimento sustentável refere-se a uma abordagem desenvolvimental com foco em responder às necessidades humanas sem por em risco o esgotamento de recursos naturais pelos quais a sociedade se rege, procurando atingir progresso social, equilíbrio ambiental e crescimento económico (Mensah, 2019). Segundo esta concessão é possível discutir que a relevância do desenvolvimento sustentável aumenta a cada dia, uma vez que a população continua a aumentar, mas os recursos naturais disponíveis para a satisfação das necessidades humanas não.

Segundo Taylor (2016) o desenvolvimento sustentável tem por base três pilares que representam as três dificuldades principais para que o mesmo aconteça, sendo eles a “sustentabilidade ambiental”, para proporcionar proteção ambiental, a “sustentabilidade social”, para ajudar na igualdade social e a “sustentabilidade económica”, para responder ao crescimento económico.

A sustentabilidade ambiental refere-se à integridade do ecossistema e à capacidade do ambiente, refletindo sobre este e como se mantém produtivo e resiliente para apoiar a vida humana (Brodhag & Taliere, 2006). Alterações climáticas referem-se a mudanças significativas e duradoras no sistema climático, causadas por variabilidades climáticas naturais ou atividade humana, sendo que estas incluem aquecimento atmosférico e dos oceanos, bem como aumento da acidez deste, diminuição dos níveis de gelo, aumento dos níveis da mar e concentração de gases (Coomer, 1979; Du & Kang, 2016). Estas alterações afetam a biodiversidade, tornando imperativa a ação de sustentabilidade ambiental de recolha de recursos naturais segundo a sua capacidade de regeneração e limitação do desperdício de acordo com a habilidade de assimilação do ambiente (Evers, 2018). Assim, este é um problema importante uma vez que estas ações têm impacto no ambiente e, como já referido, este é imperativo para a sobrevivência humana.

O conceito de sustentabilidade social implica o desenvolvimento de pessoas, comunidades e culturas para auxiliar no atingimento de uma vida significativa, apontando para bons cuidados de saúde, educação sobre igualdade de géneros, paz e estabilidade em todo o planeta (Saith, 2006), procurando fornecer condições para que todas as pessoas tenham a capacidade de responder às próprias necessidades se assim o desejarem (Kolk, 2016). Segundo vários autores (James & Magee, 2016; Kumar et al., 2014; Littig & Griessler, 2005; Scopelliti et al., 2018) este conceito pressupõe uma ligação entre condições sociais como a pobreza e a destruição ambiental, sendo necessário procurar aliviar estes problemas dentro dos recursos económicos e sociais existentes na sociedade. Além disto, a dimensão social é complicada e pode ser vista com uma conotação de sobrecarga, o que demonstra a importância de compreender a natureza das dinâmicas sociais e como é que estas estruturas surgem, refletindo que a sustentabilidade social engloba assuntos como direitos humanos, igualdade e equidade de género, participação pública e leis (Guo, 2017).

Por fim, economias consistem em mercados onde transações ocorrem, sendo que as três atividades principais que acontecem são a produção, distribuição e consumo. Anteriormente acreditava-se que o crescimento económico iria ser acompanhado pelo avanço tecnológico em prol dos recursos naturais destruídos no processo, no entanto já existe a compreensão de que os recursos naturais não são infinitos e que alguns não são passíveis de renovar, refletindo assim a preocupação com o uso de recursos limitados para necessidades infinitas e crescentes (Cooper & Vargas, 2015). A sustentabilidade económica implica, assim, um sistema de produção que satisfaça os níveis de consumo atuais sem comprometer as necessidades futuras (Lobo et al., 2015 e deve incluir tomadas de decisão da forma mais equitativa possível (Zhai & Chang, 2018).

Envolvimento e não-envolvimento

Chegando ao entendimento do que é desenvolvimento sustentável, da importância e pertinência desta discussão nos dias de hoje e da sua multidimensionalidade que abrange o espectro político, económico, social e ambiental, passamos ao conceito de envolvimento e de como este se interliga com o desenvolvimento sustentável.

O envolvimento aparece como fator de importância quando entendemos que, para que o desenvolvimento sustentável seja possível e os objetivos propostos sejam atingidos, é necessário, além de consciencializar os indivíduos sobre o tema, perceber que medidas devem ser tomadas para promover comportamentos, cognições e emoções pro-sustentabilidade. Para este processo, apreender que a responsabilidade recai sobre todos é imperativo e perceber que fatores influenciam estas ações, quer para o envolvimento, quer para o não envolvimento, vai ser essencial para compreender como agir, tornando o estudo do envolvimento com o desenvolvimento sustentável e dos fatores que o influenciam, bem como a forma como as diferenças individuais e os fatores contextuais interagem para moldar estes comportamentos (Moreira et al., 2021a) uma variável importante para o estudo. Esta tarefa de pesquisa recai sobre os cientistas comportamentais, os psicólogos, baseada na conceção de que o comportamento é determinado pela interação entre as experiências pessoais dos indivíduos e as influências contextuais.

Envolvimento

Vários estudos (Froiland et al., 2021; Lei et al., 2018; Motyka, 2018; Neuber et al., 2022; Wang & Fredricks, 2014) refletem sobre a necessidade de entender o que move as pessoas como forma de aliar os seus comportamentos. Estes reforçam a necessidade de entender conceitos como o envolvimento, relacionando-o com as diferentes questões sociais de forma a promover comportamentos em prol da solução, já que este construto tem sido

apresentado, de forma consistente, como um forte preditor de comportamentos adaptativos, associados aos resultados desejados.

Assim, o envolvimento constitui-se como a qualidade da participação ou envolvimento de um indivíduo com um objetivo, que se manifesta em cognições, afetos e comportamentos dirigidos a esse fim (Wang et al., 2019). Este implica um esforço intencional para atingir uma meta, utilizando estratégias para a alcançar. Compõem-se como um elo entre energia, propósito e prazer. Desta forma, o envolvimento compreende-se num processo ativo e dinâmico que mobiliza recursos emocionais, cognitivos e comportamentais e influencia diretamente o comprometimento do indivíduo com causas como o desenvolvimento sustentável.

Não envolvimento (“Disengagement”)

Como já foi referido, o estudo do envolvimento e o trabalho de descrever os processos psicológicos e antecedentes socio-contextuais que o promovem tem sido relativamente frequente ao longo do tempo. Em comparação, o foco em entender o que não envolvimento significa tem sido menor. Este conceito pode ser definido como uma autorregulação intencional de reduzir e, eventualmente, extinguir esforços dirigidos a um objetivo específico (Brandstätter & Bernecker, 2022), assumindo, então, a retirada de envolvimento e que este está ausente quando o não envolvimento está presente, pondo-se como opostos.

Em estudos mais recentes (Afrahi et al., 2022) envolvimento e não envolvimento têm sido definidos como construtos distintos, alinhando-se com a ideia consensual próxima de que o não envolvimento está associado a processos mal adaptativos, algo que não está presente no processo de envolvimento.

Assim, é possível perceber que tanto o envolvimento como o não envolvimento devem ser compreendidos como processos psicológicos complexos que não se limitam à

presença ou ausência de comportamentos pró-ambientais. A literatura propõe que ambos partilham de três propriedades fundamentais: são multidimensionais, ou seja, manifestam-se de forma distinta nas esferas emocional, cognitiva e comportamental; são moldáveis, na medida em que respondem a fatores internos e externos; e são preditivos de resultados relevantes.

Multidimensionalidade

O conceito de envolvimento tem sido cercado de ambiguidade em relação à sua definição, incluindo indicador comportamental (Natriello, 1984), uma combinação de atitudes e comportamentos de participação (Milfont & Sibley, 2012a) ou uma experiência afetivo-cognitiva positiva caracterizada pela confiança, vigor, dedicação e entusiasmo. No entanto, é reconhecido como um conceito multidimensional com componentes emocionais (sentimento de identificação com o contexto e experiência emocional), cognitivos (pensamentos, avaliações, crenças e julgamentos) e comportamentais (esforços, atenção e intensidade de ações) distintos, mas interligados (Moreira et al., 2022).

Envolvimento comportamental envolve comportamentos observáveis que refletem participação ativa num tópico ou contexto (Alisat & Riemer, 2015; Nguyen et al., 2018), envolvimento emocional engloba reações afetivas positivas em relação ao um tópico ou contexto e um sentimento de pertença ou identificação com o mesmo (Appleton et al., 2006; Connell & Wellborn, 1991) e envolvimento cognitivo inclui percepções, atitudes e crenças positivas sobre um contexto ou tópico, bem como investimento psicológico e autorregulado (Fredricks et al., 2004; Jumerson et al., 2003; Milfont & Sibley, 2012a).

Responsividade a fatores internos e externos

O conceito de envolvimento é considerado como sendo um conceito dependente do contexto, sendo influenciado por fatores internos e externos (Wang et al., 2019) e, consequentemente, um construto maleável. Esta é uma concepção apoiada por diferentes

estudos como os de Wang e Degol (2014) que refletem sobre as diferenças no envolvimento associadas a diferentes componentes ambientais do indivíduo, sendo que este se mostra mais envolvido quando se sente autónomo, competente e apoiado. Esta perspetiva sustenta que o envolvimento não é uma característica fixa do indivíduo, mas sim uma resposta adaptativa e situacional que varia consoante os contextos de vida e experiências subjetivas (Skinner & Pitzer, 2012).

Inman et al. (2024) refletem sobre a Teoria da Autodeterminação, que inclui a autonomia, as competências e a vinculação, demonstrando a forma como indivíduos com maior satisfação destas necessidades apresentam níveis mais elevados de envolvimento emocional, cognitivo e comportamental com o desenvolvimento sustentável, relacionando este envolvimento com a satisfação de necessidades psicológicas básicas e sublinhando em específico a perceção de autonomia e o sentido de eficácia pessoal.

Por outro lado, estudos como os de Furrer e Skinner (2003) reforçam a forma como sentimentos percebidos, como o apoio, a valorização e a compreensão, em figuras significativas, como professores, colegas de turma ou familiares, aumentam a probabilidade de um indivíduo se envolver ativamente e de forma positiva em causas e objetivos coletivos, sublinhando o papel do sentido de vinculação e pertença como um preditor do envolvimento. Moreira et al. (2021b) corrobora esta ideia numa abordagem biopsicossocial que evidencia a forma como perfis de personalidade positivos combinados com contextos sociais estimulantes são fortes preditores da manutenção do envolvimento escolar ao longo do tempo.

No domínio das emoções, King et al., (2015) demonstraram que emoções como o entusiasmo, a esperança ou o otimismo funcionam como “combustível psicológico” ao envolvimento, aumentando a capacidade de investir energia em objetivos, funcionando, assim, como estímulos ao envolvimento. Esta ideia vai de encontro aos resultados de Saks

(2006), que sublinha a forma como a reciprocidade social e emocional se constitui como um fator importante no envolvimento no trabalho, um princípio que pode ser extrapolado para outras áreas como a sustentabilidade.

Assim, é possível afirmar que o envolvimento resulta de uma panóplia de fatores que atuam em diferentes níveis: intrapessoal (motivação intrínseca, valores, emoções), interpessoal (apoio social, sentido de pertença) e estrutural (oportunidade de participação, reconhecimento). A literatura reforça que, ao abordar o desenvolvimento sustentável, é essencial compreender e trabalhar estes fatores de forma integrada.

Predição de resultados relevantes

Reforçado por vários estudos, o envolvimento é cada vez mais reconhecido como um forte preditor de resultados positivos nos vários domínios da vida, como a escola, o trabalho e, recentemente, comportamentos ambientais e sociais, sendo que a ideologia associada afirma que um maior nível de envolvimento com um objetivo, isto é, investimento de energia, atenção e emoção, vai resultar numa maior probabilidade de que esse comportamento se torne consistente, adaptativo e eficaz e que o resultado seja positivo.

Estudos como o de Inman et al., (2024) refletem sobre a forma como níveis elevados de envolvimento com o desenvolvimento sustentável estão associados a maior adoção de comportamentos pró-ambientais e maior intenção de manter esses comportamentos no futuro, identificando a forma como este envolvimento se relaciona com a satisfação das necessidades psicológicas básicas (autonomia, competência e vinculação), funcionando como um sistema de autorregulação positivo que favorece a continuidade e profundidade da ação sustentável.

Já em relação ao contexto educativo, estudos como o de Skinner & Pitzer (2012) ou Furrer & Skinner (2003) mostram a forma como o envolvimento escolar está associado a melhores resultados, menos faltas e menor probabilidade de abandono escolar. Associam

alunos mais emocionalmente envolvidos com a escola, que sentem uma ligação aos professores e colegas e percebem as atividades como relevantes ou significativas, com um melhor desempenho acadêmico e maior resiliência face a dificuldades. Além disto, King et al. (2015) reforça como as emoções positivas atuam de forma a impulsionar o envolvimento promovendo fatores cruciais para o sucesso escolar, como o foco, o interesse e a persistência.

No contexto organizacional, Saks (2006) demonstrou que trabalhadores mais envolvidos revelaram maior compromisso com os objetivos da organização e maior satisfação profissional, traduzindo-se ainda em comportamentos de proatividade, criatividade e melhor desempenho. Além disso, o envolvimento com as suas funções e a organização relacionou-se com níveis mais baixos de rotatividade de funcionários, menos ausências e maior produtividade.

Moreira et al. (2021b) reflete sobre a forma como o modelo biopsicossocial sugere que o envolvimento é a variável central na realização de objetivos significativos, potencializando as capacidades humanas, sendo o resultado de traços de personalidade adaptativos, como a autodisciplina ou cooperação, e comportamentos desejáveis, como a persistência nos estudos, responsabilidade ambiental e participação cívica.

Com isto torna-se claro que, o envolvimento, quando presente, aumenta a probabilidade de que indivíduos pensem, sintam e ajam de forma alinhada com os seus objetivos. Esta coerência entre cognição, emoção e ação cria um investimento pessoal que prediz resultados favoráveis. Compreender e promover o envolvimento é, por isso, uma estratégia poderosa para potenciar sucesso acadêmico, produtividade no trabalho e compromisso ambiental.

Envolvimento e Não Envolvimento com o Desenvolvimento Sustentável

A definição do conceito de envolvimento associada ao desenvolvimento sustentável não parece ser consensual nos estudos envolventes, tendo sido usado como sinónimo de

participação em ações cívicas e comportamentos pró-ambientais (Alisat & Riemer, 2015) considerado como incluindo atitudes pró-ambiente (Milfont et al., 2012a; Milfont & Sibley 2012b) ou conceptualizado como um estado de conexão com um problema com componentes afetivas, cognitivas e comportamentais (Lorenzoni et al., 2007; Milfont et al., 2012a). No entanto, Moreira e colaboradores (2021a) propuseram construtos multidimensionais de envolvimento com o desenvolvimento sustentável (EDS) e de não envolvimento com o desenvolvimento sustentável (NEDS).

Com base nos estudos no enquadramento anterior é possível assumir que o EDS é um construto multidimensional, dependente do contexto e capaz de prever resultados, a longo prazo, do desenvolvimento sustentável, pondo-se, assim, como uma interação entre a experiência subjetiva do indivíduo com o DS e os fatores externos que moldam as percepções e o processamento de informação para manter comportamentos pro-sustentabilidade. Assim, podemos considerar este um fator importante de estudo para promover o desenvolvimento sustentável, sendo relevante distingui-lo do NEDS que, apoiado em trabalhos recentes, é passível de distinção acompanhada da sua interligação, considerando exequível que um indivíduo apresente valores altos de envolvimento e não envolvimento ao mesmo tempo.

Esta operacionalização de EDS e NEDS foi feita por Moreira et al. (2021a) no formato de um inventário de envolvimento/não envolvimento com o desenvolvimento sustentável (EDiSDI) que incluía seis subdimensões para perceber os mecanismos psicológicos comuns que estão na base da forma como os humanos se identificam com os problemas do desenvolvimento sustentável, sendo elas (1) envolvimento emocional – senso de conexão e reações afetivas positivas com o desenvolvimento sustentável; (2) envolvimento cognitivo – crenças adaptativas e positivas sobre o desenvolvimento sustentável e investimento cognitivo; (3) envolvimento comportamental – comportamentos relacionados com o desenvolvimento sustentável; (4) não envolvimento emocional – reações

afetivas mal adaptativas e pouco afeto em relação ao desenvolvimento sustentável; (5) não envolvimento cognitivo – crenças e avaliações mal adaptativas acerca do desenvolvimento sustentável e (6) não envolvimento comportamental – não participação em comportamentos relacionados com o desenvolvimento sustentável e/ou retirada de comportamentos relacionados com o desenvolvimento sustentável), sendo que a validade deste instrumento foi estabelecida (Moreira et al., 2021a).

Exploração de Preditores Sociodemográficos do Envolvimento e do Não

Envolvimento com o Desenvolvimento Sustentável

Estatuto socioeconómico

A relevância de estudar fatores específicos para compreender a sua influência com o EDS e o NEDS é apoiada pelo enquadramento acima, refletindo a importância do estudo destes construtos, e o que pode influenciá-los, para promover o desenvolvimento sustentável, um dos assuntos mais pertinentes que correm na atualidade. Assim, o estatuto socioeconómico impõe-se como fator de estudo para entender de que forma este pode influenciar os construtos referidos.

Assim como outros construtos relevantes neste documento, a definição do estatuto socioeconómico (ESE) não é consensual entre os investigadores. A definição mais frequente indica o ESE como a classe ou posição social de um indivíduo ou grupo, i. e., remete para a posição que uma pessoa ocupa na estrutura social derivada de fatores sociais e económicos (Hartley et al., 2016a). Este conceito pode ser importante e útil para identificar onde estão as maiores necessidades das sociedades, no entanto, não existe uma aceitação general para a operacionalização deste construto.

No prisma histórico, Taussing (2013) operacionalizou este conceito de acordo com o estado ocupacional do pai e Sims (1927) propôs cartões de pontuação em relação a objetos que possui em casa, a educação dos pais, a ocupação do pai, entre outras informações

relevantes. Mais tarde, por volta dos anos 80, surge a concordância de que o ESE deve ser composto e medido em relação à educação, rendimento e ocupação, uma vez que estes são bons indicadores de diferentes aspetos da experiência familiar (Brese & Mirazchiyski, 2013). Não existindo um instrumento estandardizado para avaliar o ESE dos indivíduos, a afluência familiar é utilizada como método de proximidade para avaliar este fator, existindo vários estudos que apontam a sua validade e confiabilidade como medida do ESSE (Boyce et al., 2006; Currie et al., 2008; hartley et al., 2016b; Kehoe & O'Hare, 2010; Liu et al., 2012; Makransky et al., 2014; Schnobr et al., 2013; Torsheim et al., 2016a), sendo esta a medida utilizada neste estudo.

O ESE como preditor da forma como os indivíduos interagem ou experienciam o desenvolvimento sustentável é particularmente relevante numa era marcada por profundas desigualdades sociais e ambientais. Compreender como diferentes níveis de ESE influenciam o EDS ou o NEDS permite identificar barreiras estruturais e psicológicas à adoção de comportamentos pró-sustentabilidade, o que é essencial para desenvolver políticas e intervenções mais equitativas e eficazes. Esta linha de investigação torna-se ainda mais pertinente quando consideramos que o desenvolvimento sustentável requer ações coletivas informadas, voluntárias e consistentes ao longo do tempo – fatores que podem estar profundamente condicionados pelas condições materiais e perceções subjetivas dos indivíduos sobre o seu lugar na sociedade (Vrselja et al., 2024; Zhong et al., 2024).

A literatura existente sugere que o ESSE afeta o comportamento ambiental através de múltiplos mecanismos teóricos em empíricos. Uma das explicações mais robustas é a Teoria da Eficácia Percebida, segundo a qual indivíduos com maior ESE apresentam maior sentido de controlo e agência, o que os torna mais propensos a agir em prol de causas ambientais (Eom et al., 2018; Vrselja et al., 2024). Esta perceção de controlo surge como um medidor crítico entre o ESE e a adoção de comportamentos sustentáveis, especialmente quando

analisamos o ESE subjetivo (Zhong et al., 2024). Outros autores apontam que o acesso à informação, à educação e a contextos sociais que valorizam a sustentabilidade tendem a ser mais elevados em grupos de maior ESE, o que também favorece atitudes e ações ambientais responsáveis (Schulz et al., 2024; O'Connor et al., 2002). Estudos populacionais como o de McCright (2010) ou a meta-análise de Hornsey et al. (2016) reforçam ainda que os fatores socioeconómicos se articulam com variáveis sociodemográficas e ideológicas para moldar o conhecimento, a preocupação e as crenças sobre alterações climáticas e sustentabilidade.

Com base nestes dados é expectável que indivíduos com ESE mais elevado apresentem maiores níveis de EDS, particularmente nas dimensões cognitivas e comportamentais, refletindo maior acesso a recursos, sentido de eficácia e interiorização de valores ambientais. Por outro lado, indivíduos com ESE mais baixo podem demonstrar maior tendência ao NEDS, quer por barreiras materiais, quer por uma perceção de ineficácia ou desvalorização do impacto individual (Vrselja et al., 2024; Zhong et al., 2024). Esta hipótese é apoiada por Schulz et al. (2024), que identificaram níveis mais baixos de intenção pró-ambiental entre participantes de ESE inferior. Assim, o ESE pode não apenas prever a magnitude do envolvimento, mas também o tipo e a qualidade desse envolvimento, sendo um fator crucial a considerar em qualquer esforço para promover a sustentabilidade de forma inclusiva.

Orientação Política (Liberal-Conservador)

A orientação política refere-se ao posicionamento ideológico individual ou coletivo sobre temas sociais, económicos e culturais, frequentemente representada através de um contínuo esquerda – direita ou liberal – conservador. Esta dimensão ideológica traduz-se, de forma simplificada, em tendências mais progressistas, igualitárias e universalistas à esquerda e mais tradicionalistas, hierárquicas e individualistas à direita (Hornsey et al., 2016). No contexto ambiental, estas diferenças ideológicas revelam-se particularmente relevantes,

influenciando a forma como os indivíduos percebem, interpretam e respondem a questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável.

A literatura mostra, de forma consistente, que indivíduos com orientação política mais conservadora demonstram menor preocupação ambiental, menor apoio a políticas ambientais e maior resistência a narrativas sobre alterações climáticas, quando comparados com indivíduos mais liberais ou progressistas (Cruz, 2017; Hornsey et al., 2016). Esta relação pode ser explicada através de diferentes teorias. Por um lado, a Teoria dos Fundamentos Morais sugere que os conservadores tendem a valorizar mais fortemente fundamentos morais como a lealdade, autoridade e pureza, enquanto os liberais valorizam mais a justiça e o cuidado, isto é, fundamentos mais diretamente associados à proteção ambiental (Mildont et al., 2019). Por outro lado, os conservadores tendem a apresentar uma maior resistência à mudança e maior valorização da ordem e estabilidade social, o que os leva a ter mais dificuldade em aceitar alterações no sistema, frequentemente associadas a políticas sustentáveis (Hornsey et al., 2016; Peifer et al., 2016). Além disso, estudos como o de Bouman et al. (2020) demonstram que a percepção dos valores dominantes de um grupo influenciam o envolvimento com o ambiente, ou seja, indivíduos conservadores tendem a desvalorizar atitudes pró-ambientais quando estas são vistas como características de grupos progressistas.

Com base nestas evidências, é expectável que indivíduos com maior conservadorismo político apresentem níveis mais baixos de EDS, particularmente nas suas dimensões cognitivas e emocionais, devido à menor aceitação de crenças sobre a urgência ambiental e à fraca identificação afetiva com causas ecológicas. Em paralelo, espera-se também que estes indivíduos manifestem níveis mais elevados de NEDS. Esta expectativa é sustentada pelos achados de Cruz (2017), que mostram uma correlação negativa robusta entre conservadorismo e preocupação ambiental, e por estudos que associam o

conservadorismo a menores níveis de consumo ambiental consciente (Peifer et al., 2016). Assim, a orientação política surge como um fator central na compreensão das diferenças individuais no modo como o DS é experienciado, sendo crucial para o desenho de estratégias de comunicação e intervenção ambiental ajustadas a diferentes perfis ideológicos.

Objetivos

Objetivo geral

Tendo em conta a literatura atual, o objetivo do presente estudo é explorar a forma como o estatuto socioeconómico e a orientação política, especificamente o conservadorismo político, se relacionam com o envolvimento e o não envolvimento com o desenvolvimento sustentável, numa amostra de estudantes universitários. Embora existam estudos anteriores que consideraram a forma como o estatuto socioeconómico e a orientação política se relacionam com variáveis como atitude pró-ambiental, até ao momento, e associado ao surgimento recente deste construto, ainda não existiu um estudo empírico da sua relação com o envolvimento e o não envolvimento com o desenvolvimento sustentável.

Objetivos específicos e hipóteses

Objetivo 1. Avaliar as associações bivariadas entre o estatuto socioeconómico, o conservadorismo político e as dimensões emocionais, cognitivas e comportamentais do envolvimento e não envolvimento com o desenvolvimento sustentável;

Objetivo 2. Analisar de que forma o estatuto socioeconómico e o conservadorismo político se relacionam com o envolvimento com o desenvolvimento sustentável, controlando os efeitos da idade e do género;

H1: O estatuto socioeconómico está associado de forma positiva com o envolvimento com o desenvolvimento sustentável.

H2: O conservadorismo político está associado de forma negativa com o envolvimento com o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 3. Analisar de que forma o estatuto socioeconómico e o conservadorismo político se relacionam com o não envolvimento com o desenvolvimento sustentável, controlando os efeitos da idade e do género.

H3: O estatuto socioeconómico está associado de forma negativa com o não envolvimento com o desenvolvimento sustentável.

H4: O conservadorismo político está associado de forma positiva com o não envolvimento com o desenvolvimento sustentável.

Metodologia

Design de investigação

O design de investigação é de correlação transversal. Vai ser considerada uma amostra única de estudantes universitários que foi inicialmente obtida através de um estudo transversal para avaliar as propriedades psicométricas da versão inglesa do EDiSDL em 2020 (Moreira et al., 2022), incluída num projeto sobre Envolvimento com o Desenvolvimento Sustentável da CIPD [CIPD/2122/BESPA/4].

Participantes

A amostra foi recolhida numa Universidade do Reino Unido através de uma plataforma online de participação em diferentes estudos, sendo que a sua participação resultaria em créditos. A elegibilidade de participação no estudo determinada pelos investigadores não foi considerada de forma restrita, sendo que qualquer estudante universitário com acesso à plataforma online de estudos poderia ser parte integrante, obtendo assim uma amostra por conveniência.

A amostra final é constituída por 330 estudantes universitários ingleses (26.4% homens, 73.3% mulheres e 0.3% outros), entre os 18 e os 47 anos ($M = 19.89$, $DP = 3.30$ e $IQR = 1$).

Instrumentos

Como referido anteriormente, a amostra do presente estudo é parte de uma recolha anterior (Moreira et al., 2022) em que os participantes responderam a diferentes questionários. No entanto, os que serão tidos em conta serão:

Engagement/Disengagement in Sustainable Development Inventory

Os participantes preencheram a versão inglesa do *Engagement/Disengagement in Sustainable Development Inventory* (EDiSDI) (Moreira et al., 2021a). Este instrumento é composto por 6 subescalas: envolvimento cognitivo (3 itens, como “Se cada um de nós fizer pequenas coisas no dia a dia, a influência no planeta será grande”), envolvimento emocional (4 itens, como “Sinto orgulho das coisas que faço para tornar o planeta um lugar melhor” e “Preocupo-me sobre o futuro do planeta”), envolvimento comportamental (5 itens, incluindo “No meu dia a dia procuro proteger o planeta e o ambiente”), não envolvimento cognitivo (8 itens, como “A minha influência na proteção do planeta é tão pequena que não importa”), não envolvimento emocional (3 itens, incluindo “Questões de sustentabilidade ambiental são irritantes”) e não envolvimento comportamental (4 itens, incluindo “Normalmente, não considero como é que os meus hábitos e comportamentos afetam o planeta e o ambiente”), que avalia o envolvimento e não envolvimento com o desenvolvimento sustentável, em adultos, no momento.

Os itens estão compreendidos numa escala de *Likert* de 1 (*discordo totalmente*) a 5 (*concordo totalmente*). Pontuações mais altas indicam mais envolvimento com o desenvolvimento sustentável. Neste estudo verificam-se índices de consistência interna

muito bons, com um alfa de Cronbach (α) de .85 e .87 nas escalas de envolvimento e não envolvimento, respetivamente. Em cada escala individual o α foi de .71 para o não envolvimento cognitivo, .86 para o envolvimento comportamental, .81 para o não envolvimento comportamental, .71 para o envolvimento cognitivo, .64 para o envolvimento emocional e .81 para o não envolvimento emocional.

Family Affluence Scale III

Os participantes preencheram também a *Family Affluence Scale* (FAS III) (Currie et al., 1997; Torsheim et al., 2016b). Este é composto por 6 itens que permite avaliar de forma direta a riqueza familiar e de forma indireta o estatuto socioeconómico. Resolve um problema comum de falta de dados quando é solicitado aos jovens informações de indicadores mais tradicionais do estatuto socioeconómico, como o rendimento dos pais, a sua ocupação ou o nível educacional. Os itens estão incluídos numa escala unidimensional que é preenchida de acordo com a questão: ter carro ou outro veículo motorizado, ter o próprio quarto, número de computadores, número de casas de banho, ter uma máquina de lavar a loiça e número de vezes de férias fora do país. Pontuações mais altas, de forma geral, em todos os itens, indicam maior afluência familiar, de acordo com uma escala ordinal de três pontos e, consequentemente, um estatuto socioeconómico mais elevado. Uma vez que esta escala é avaliada de forma compósita, o índice de consistência interna não se aplica. O α desta escala é de .54.

Social and Economic Conservation Scale

Os participantes preencheram o questionário *Social and Economic Conservation Scale* (SECS) (Everett, 2013). Este é composto por 14 itens (incluindo “Aborto”, “Imigração”, “Valores tradicionais”, “Patriotismo”, entre outros), sendo estas palavras ou frases, que vão permitir determinar o nível de conservadorismos dos participantes. No

entanto, como forma de garantir a confiabilidade adequada, no presente estudo, foram retirados dois itens (item 1 e item 5). Este instrumento é deliberadamente pouco específico para que os participantes possam responder segundo o conceito geral, sem necessidade de ter conhecimento sobre ações políticas ou leis. É pedido para avaliar o quão positivos ou negativos se sentem em relação a um determinado tema, numa escala de 0 (*muito negativo*) a 100 (*muito positivo*). O α desta escala é de .72. Foi calculada uma pontuação total em que valores mais altos representam maior conservadorismo político.

Procedimentos

A recolha de dados teve início em fevereiro de 2020 e terminou em novembro de 2020. Depois das explicações e explicitações éticas do processo aos estudantes, foi requisitado o preenchimento dos instrumentos online, pelos participantes, através da plataforma Qualtrics (Qualtrics, Provo, UT). Os dados demográficos e antropométricos dos participantes foram igualmente recolhidos, incluídos nos formulários a preencher.

Considerações éticas

O estudo, que integrou um projeto de investigação colaborativo mais amplo registado no Centro de Investigação em Psicologia para o Desenvolvimento (CIPD), da Universidade Lusíada [CIPD/21227BESPA/4], obteve aprovação ética da Comissão de Ética da Universidade de Essex [ETH1920-0951].

Iniciou-se o processo com a requisição da assinatura e entrega de um formulário online de consentimento informado para o envolvimento dos participantes. Foi explicado aos mesmos, através das informações incluídas na parte inicial dos questionários, o objetivo do estudo. Foi também reforçada a possibilidade de desistência, se assim o desejassem, sem qualquer prejuízo em relação à cadeira, garantindo a confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos.

Foram cumpridos todos os requisitos presentes no Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos (OPP), nomeadamente a nível de consentimento informado, privacidade, confidencialidade e participação voluntária.

Análise de dados

De modo a detetar correlações (two-tailed) com um tamanho de efeito antecipado de $r = 0.20$, um nível de erro de alfa de .05, com um poder de .80, seria necessário recrutar uma amostra de 193 participantes, sendo que a amostra utilizada foi de 330. Este cálculo foi conduzido através do G*Power versão 3.1.9.7.

A análise de dados foi conduzida no programa de tratamento de dados *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), versão 28.0, bem como no programa JASP (JASP Team, 2024), versão 0.19.3. O processo de análise foi dividido em duas etapas estatísticas: descritiva e a inferencial. A primeira fase foi completa com a análise descritiva das variáveis em estudo (média, desvio-padrão, assimetria e curtose). Já a fase da análise inferencial procurou responder a três objetivos relacionadas com as variáveis em questão.

Foram inicialmente testadas as correlações para investigar associações entre variáveis (Objetivo 1). O teste de normalidade multivariada de Shapiro-Wilk foi estatisticamente significativo ($p < .05$), assim como todos os testes de normalidade bivariada, indicando que as variáveis não seguem uma distribuição aproximadamente normal. Por esse motivo, foi calculado o coeficiente de *Spearman*, com intervalos de confiança de 95%.

Para responder às Objetivos 2 e 3 foram realizadas duas análises de regressão múltipla multivariada. Na primeira análise, o ESE, a orientação política, a idade e o género foram incluídos como variáveis preditoras do envolvimento com o desenvolvimento sustentável, considerando o envolvimento emocional, cognitivo e comportamental como variáveis dependentes. Na segunda análise, as mesmas variáveis preditoras foram utilizadas para prever o não envolvimento com o desenvolvimento sustentável, considerando o não

envolvimento emocional, cognitivo e comportamental como variáveis dependentes. Em ambas as análises, o teste de M de Box para igualdade das matrizes de covariância foi não significativo ($p > .05$), indicando que não houve violação da suposição de homogeneidade das variâncias-covariâncias. A análise correlacional realizada para responder à Objetivo 1 indicou que não existia multicolinearidade severa entre as variáveis dependentes.

Para todas as análises serão considerados estatisticamente significativos os valores de p inferiores a .05.

Resultados

Análise Descritiva

A Tabela 1 tem uma descrição estatística das subescalas do EDiSDI, da FAS III e da SECS.

No que diz respeito à normalidade das distribuições, analisou-se a assimetria e a curtose para cada variável. Nenhuma das variáveis analisadas ultrapassou os limiares sendo que todos os valores de assimetria variam entre -.66 e .97 e os da curtose entre -.42 e 1.09, indicando uma distribuição aproximadamente simétrica e sem extremos de curtose severa. Ainda assim, os testes de Shapiro-Wilk revelaram que, para quase todas as variáveis, a normalidade foi estatisticamente rejeitada ($p < .05$), o que justifica o recurso a teste não paramétricos nas análises subsequentes.

Tabela 1 - Estatística Descritiva

	N	Média	DP	Assimetria	Curtose	Shapiro-Wilk	p
EDS Emocional	330	3.89	0.64	-0.47	0.35	0.968***	< .001
EDS Cognitivo	330	3.96	0.72	-0.66	0.05	0.940***	< .001
EDS Comportamental	330	3.67	0.66	-0.06	-0.38	0.985**	0.002
NEDS Emocional	330	1.97	0.87	0.78	0.16	0.908***	< .001
NEDS Cognitivo	330	2.39	0.63	0.64	0.94	0.975***	< .001
NEDS Comportamental	330	2.44	0.82	0.34	-0.44	0.972*	< .001
FAS	318	13.29	3.36	0.97	1.09	0.938	< .001
SECS	329	48.60	13.09	-0.29	0.00	0.991	0.043

Análise Correlacional

A Tabela 2 apresenta as correlações de Spearman entre as variáveis do estudo.

As três dimensões do envolvimento (cognitiva, emocional e comportamental) apresentam correlações positivas moderadas a fortes entre si. O Envolvimento Emocional correlaciona-se fortemente com o Envolvimento Comportamental. ($r = .69, p < .01$) e moderadamente com o Envolvimento Cognitivo ($r = .48, p < .01$). Entre o Envolvimento Cognitivo e o Envolvimento Comportamental também se verifica uma correlação significativa positiva ($r = .54, p < .01$).

As três dimensões do não envolvimento (cognitiva, emocional e comportamental) também se correlacionam positivamente entre si. A correlação entre o Não Envolvimento Comportamental e o Não Envolvimento Cognitivo ($r = .50, p < .01$) e entre o Não Envolvimento Cognitivo e o Não Envolvimento Emocional ($r = .49, p < .01$) são positivas, no entanto, a mais elevada ocorre entre o Não Envolvimento Comportamental e o Não Envolvimento Emocional ($r = .53, p < .01$).

As correlações entre as dimensões de envolvimento e não envolvimento e as variáveis principais – estatuto socioeconómico (FAS) e orientação política (SECS) – foram, na maioria dos casos, fracas ou inexistentes. A única correlação estatisticamente significativa foi observada entre a Orientação Política e o Não Envolvimento Cognitivo ($r = -.11, p < .01$), sendo que em relação ao Estatuto Socioeconómico nenhuma correlação se mostrou estatisticamente significativa.

Tabela 2 - Correlações de Spearman

Variável	1	2	3	4	5	6	7	8
1. NEDS Cognitivo	—							
2. EDS Comportamental	-.43*** [-.51, -.33]	—						
3. NEDS Comportamental	.50*** [.41, .57]	-.69*** [-.74, -.63]	—					
4. EDS Cognitivo	-.57*** [-.64, -.49]	.54*** [.46, .61]	-.50*** [-.57, -.41]	—				
5. EDS Emocional	-.40*** [-.49, -.30]	.69*** [.63, .74]	-.57*** [-.64, -.50]	.48*** [.39, .56]	—			
6. NEDS Emocional	.49*** [.40, .56]	-.44*** [-.52, -.34]	.53*** [.45, .60]	-.41*** [-.49, -.31]	-.51*** [-.59, -.43]	—		
7. SECS	-.11 [-.22, -.00]	-.04 [-.14, .07]	.08 [-.03, .18]	-.02 [-.13, .08]	-.03 [-.14, .08]	.16 [.05, .26]		
8. FAS	-.09 [-.19, .03]	.10 [-.01, .21]	-0.06 [-.17, .05]	.03 [-.08, .14]	.07 [-.04, .18]	-.02 [-.12, .10]	.16 [.05, .27]	

Análise Testes Multivariados do Envolvimento

Não foi encontrada uma associação estatisticamente significativa entre o estatuto socioeconómico e o envolvimento global com o desenvolvimento sustentável, $F(3, 308) = 2.03$, $p = .110$; Λ de Wilk = .981. Também não se verificou uma associação estatisticamente significativa entre o conservadorismo político e o envolvimento global com o desenvolvimento sustentável, $F(3, 308) = 0.11$, $p = .952$; Λ de Wilk = .999.

No entanto, tanto a idade ($F(3, 308) = 3.10$, $p = .027$; Λ de Wilk = .971) como o género ($F(3, 308) = 4.26$, $p = .027$; Λ de Wilk = .960) apresentam associações estatisticamente significativas com o envolvimento global com o desenvolvimento sustentável.

As análises univariadas realizadas posteriormente mostraram que a idade se associou de forma estatisticamente significativa apenas ao envolvimento emocional $b = -.02$, $F(1, 310) = 5.03$, $p = .026$, η^2 parcial = .02.

O género revelou uma associação estatisticamente significativa com o envolvimento emocional ($b = -.223$, $F(1, 310) = 7.51$, $p = .007$, η^2 parcial = .02) e com o envolvimento cognitivo ($b = -.239$, $F(1, 310) = 6.57$, $p = .011$, η^2 parcial = .02).

Análise Testes Multivariados do Não Envolvimento

Não foi encontrada uma associação estatisticamente significativa entre o estatuto socioeconómico e o não envolvimento global com o desenvolvimento sustentável, $F(3, 308) = 1.03$, $p = .379$; Λ de Wilk = .990. Por outro lado, o conservadorismo político revelou uma associação significativa com o não envolvimento global, $F(3, 308) = 7.49$, $p < .001$; Λ de Wilk = .932.

Relativamente às variáveis sociodemográficas, o género também apresentou uma associação estatisticamente significativa com o não envolvimento global, $F(3, 308) =$

3.60, $p = .014$; Λ de Wilk = .966, enquanto a idade não revelou um efeito significativo, $F(3, 308) = 1.667$, $p = .174$; Λ de Wilk = .984.

As análises univariadas revelaram que o conservadorismo político teve um efeito significativo apenas sobre o não envolvimento emocional, $b = .01$, $F(1, 310) = 5.69$, $p = .018$, η^2 parcial = .018.

Já o género apresentou uma associação significativa com o não envolvimento emocional, $b = -.31$, $F(1, 310) = 8.07$, $p = .005$, η^2 parcial = .03, sendo os valores mais elevados entre os participantes do sexo masculino.

Discussão

O presente estudo teve como objetivo analisar a influência do estatuto socioeconómico e da orientação política (conservadorismo) no envolvimento e não envolvimento com o desenvolvimento sustentável, tendo como população-alvo estudantes universitários. Os resultados encontrados confirmam, em grande medida, os pressupostos teóricos subjacentes ao modelo EDiSDI, desenvolvido por Moreira et al. (2021a), nomeadamente a independência entre as dimensões de envolvimento e de não envolvimento, bem como a relevância de fatores sociodemográficos no mapeamento destes fenómenos.

Questão de Investigação 1: As dimensões do envolvimento e não envolvimento com o desenvolvimento sustentável foram maioritariamente não significativamente correlacionadas com o estatuto socioeconómico e o conservadorismo político

Os resultados correlacionais mostraram que, de forma geral, não existe uma associação estatisticamente significativa entre as dimensões do envolvimento e não envolvimento com o desenvolvimento sustentável e o estatuto socioeconómico ou o conservadorismo político. Consequentemente, não se rejeita a hipótese nula. No entanto,

a robustez dos dados é sustentada pelo facto de outras correlações se comportarem de acordo com o previsto a nível teórico, em específico as fortes correlações entre as subescalas do EDiSDI e entre o estatuto socioeconómico e o conservadorismo político, que sugerem que o padrão de não significância não resulta de um erro ou aleatoriedade, mas de uma realidade social mais complexa.

Este padrão de ausência de correlação significativa entre o envolvimento com o desenvolvimento sustentável e as variáveis estatuto socioeconómico e conservadorismo político é coerente com alguns estudos prévios. Por exemplo Milfont et al. (2015) sugere que o impacto da orientação política e da condição socioeconómica nas crenças ambientais pode ser mediado por variáveis como valores pessoais, confiança institucional ou literacia ambiental, explicando resultados inconsistentes na literatura. Este trabalho, bem como o de Weckroth & Ala-Mantila (2022) relatam fracas correlações entre variáveis sociodemográficas e atitudes ambientais em determinadas populações jovens e escolarizadas. Já Hornsey et al. (2016) ou Lübke (2022) identificaram relações mais robustas entre a orientação política e crenças ambientais, embora admitam a existência de tendências ideológicas como não sendo invariavelmente preditoras diretas do envolvimento ambiental, sobretudo em populações jovens e com maior escolaridade. Uma possível explicação para esta divergência pode residir na diferença entre significância estatística e magnitude de efeito: ainda que os coeficientes de correlação não tenham atingido significância estatística, a magnitude das associações observadas é, e, muitos casos, comparável àquelas reportadas em investigações anteriores, incluindo as que encontraram efeitos significativos.

Teoricamente, é possível que, sobretudo entre jovens adultos universitários, o envolvimento com o desenvolvimento sustentável esteja a tornar-se cada vez mais dissociado de clivagens ideológicas clássicas e de determinantes materiais, como o

estatuto socioeconómico. Esta interpretação é apoiada por Inglehart (1997), que defende que valores ambientais se enraízam numa lógica pós-materialista, manifestando-se de forma transversal a grupos sociais e ideológicos, isto é, em contextos socioeconómicos mais estáveis, os jovens adultos tendem a priorizar preocupações como o ambiente, a igualdade e os direitos humanos, independentemente da sua posição socioeconómica ou orientação política. Assim, o envolvimento com o desenvolvimento sustentável parece emergir como uma variável cultural mais do que ideológica ou material.

Contudo, não se pode ignorar o papel da operacionalização dos construtos. A média entre os subcomponentes económicos e sociais do instrumento medidor da orientação política pode ter diluído efeitos específicos, isto é, um estudante com orientação económica conservadora pode, simultaneamente, aderir a valores sociais mais liberais, o que tornaria o seu perfil altitudinal difícil de prever em relação ao desenvolvimento sustentável. Do mesmo modo, o FAS III mede a perceção de afluência com base em bens materiais adquiridos pela família, não necessariamente refletindo o rendimento ou independência económica atual dos participantes, muitos dos quais já não vivem no seio familiar.

Apesar disso, foi observada uma correlação estatisticamente significativa positiva, fraca, entre o conservadorismo político e o não envolvimento emocional, o que sugere que maior conservadorismo está associado a mais distanciamento emocional em relação ao desenvolvimento sustentável. Este resultado alinha-se com estudos prévios que identificam resistência afetiva ao envolvimento emocional com causas ambientais, mesmo que os comportamentos práticos não sejam diretamente afetados (Hornsey et al., 2016; Lübke, 2022).

Estas exceções sublinham que, embora a relação entre conservadorismo e sustentabilidade possa não ser generalizada, existem domínios específicos, como o

distanciamento emocional, em que a afetividade exerce influência. Este resultado revela ainda a importância de considerar as nuances contextuais e populacionais na investigação sobre envolvimento ambiental.

Questão de Investigação 2: O estatuto socioeconómico e o conservadorismo político não estão significativamente relacionados com o envolvimento com o desenvolvimento sustentável, depois do controlo para a idade e o género

Quando controladas as variáveis sociodemográficas, os efeitos do estatuto socioeconómico e do conservadorismo político sobre o envolvimento com o desenvolvimento sustentável permanece estatisticamente não significativo (H2 e H3). Esta constatação, que poderia ser interpretada como ausência de relevância, adquire significado teórico quando lida à luz das transformações culturais contemporâneas.

Investigadores como Milfont et al. (2015) e Inglehart (1997) argumentam que, em sociedades onde a sobrevivência material está razoavelmente assegurada, as atitudes em relação à sustentabilidade se enraízam em quadros de valores mais universais, como o cosmopolitismo, a empatia intergeracional ou o bem-estar coletivo. Assim, a fraca influência da ideologia política e do estatuto socioeconómico pode refletir uma democratização do valor ambiental, cada vez menos sujeito a condicionantes externos e mais alicerçado em convicções pessoais.

É também necessário considerar a abordagem metodológica nas suas limitações já referidas anteriormente. A utilização de uma escala centrada nas perceções de bens familiares pode não refletir a complexidade da realidade financeira de um estudante universitário. Do mesmo modo, a forma agregada como o conservadorismo foi medido pode alterar o resultado, tornando o perfil do estudante mais neutro e reduzindo a sua influência no envolvimento.

Questão de Investigação 3: O conservadorismo político está significativamente relacionado com o não envolvimento com o desenvolvimento sustentável, depois do controlo para a idade e o género

Em contraste com os resultados anteriores, a variável do conservadorismo político revelou associação significativa com o não envolvimento sustentável, que persistiu mesmo após o controlo para idade e género (H4). Esta indica que, embora o conservadorismo não impeça o envolvimento, pode estar associado a resistências ou rejeições mais subtis.

No seguimento da análise univariada, verificou-se que a única dimensão do não envolvimento com associações estatisticamente significativas ao conservadorismo político foi o não envolvimento emocional. Esta associação foi positiva, sugerindo que maior conservadorismo está associado a maior não envolvimento emocional.

Este padrão de associações está alinhado com a literatura existente, nomeadamente os resultados de Hornsey et al. (2016) e Lübke (2022), que identificam o conservadorismo como um preditor de resistência afetiva a mensagens ambientais, e alinha-se com estudos que demonstram que indivíduos conservadores tendem a manifestar reações emocionais negativas face a mensagens percebidas como ameaçadores da sua liberdade pessoal (Chan & Lin, 2022).

Esta rejeição não equivale necessariamente a oposição aberta, mas pode manifestar-se em distanciamento afetivo, indiferença ou na priorização de outras agendas políticas. Tal como demonstrado por Chan e Lin (2022), este fenómeno pode refletir mecanismos de resistência psicológica, nos quais as mensagens sobre sustentabilidade são percebidas como imposições a normas pessoais ou ameaças à liberdade individual, algo especialmente valorizado por indivíduos com orientação mais conservadora. Este tipo de não envolvimento tem implicações significativas nas estratégias de comunicação,

sendo que abordagens mais centradas em valores partilhados, como a proteção de futuras gerações, a defesa do património natural ou o orgulho comunitário, podem ser mais eficazes do que narrativas polarizadas ou alarmistas.

Além disso, o facto de a rejeição se manifestar na dimensão emocional e não na cognitiva ou comportamental sugere que alguns indivíduos podem até reconhecer cognitivamente os desafios da sustentabilidade ou adotar certos comportamentos sustentáveis, mas manter um distanciamento afetivo em relação à causa, sublinhando a importância de distinguir entre envolvimento racional e identificação emocional.

Implicações Práticas

A presente investigação demonstra a forma como vínculos entre estatuto socioeconómico, orientação política e desenvolvimento sustentável se caracterizam com diferenciais, em razão à exploração teórica realizada, mas mais profundos na concretização de uma análise mais robusta. O envolvimento com o desenvolvimento sustentável parece emergir como uma norma social mais transversal, menos dependente da ideologia e da condição socio e económica. Por sua vez, o não envolvimento revela maior influência por parte de ideologias políticas e mais sensível um discurso de sustentabilidade processado de forma afetiva.

Estes resultados reforçam a importância de ajustar estratégias de comunicação ambiental à diversidade ideológica dos públicos-alvo, sendo que a presença de não envolvimento emocional entre os indivíduos mais conservadores sugere que intervenções que dependam, principalmente, de apelos emocionais ou moralizantes podem ser contraproducentes nesses grupos, gerando resistência e afastando-se da adesão. Além disto, ao nível prático, este estudo propõe que campanhas de comunicação e programas de educação ambiental direcionados a este público criem maior sensibilidade a valores conservadores, como a responsabilidade individual, a continuidade das tradições, a

proteção de comunidades locais ou o legado intergeracional, adaptando a linguagem e os apelos de modo a maximizar a adesão cognitiva, comportamental e, principalmente, emocional à sustentabilidade, sendo recomendado o evitamento de narrativas alarmistas ou excessivamente politizadas.

Paralelamente, destaca-se a importância de utilizar medidas diferenciadas e contextualmente adequadas para avaliar o estatuto socioeconómico e a orientação política em populações universitárias.

Limitações e Investigações Futuras

Embora os resultados desta investigação tenham oferecido contributos teóricos relevantes, importa reconhecer algumas limitações que condicionam a sua generalização e que abrem caminho para futuras explorações.

Em primeiro lugar, a composição da amostra limita a possibilidade de generalizar os resultados a outras populações, uma vez que esta se compõe por estudantes universitários de uma única instituição, com uma faixa etária muito concentrada e predominantemente feminina. Assim, a vulgarização destes resultados para outras populações, como adultos fora do ensino superior, jovens trabalhadores ou estudantes de outros contextos culturais e académicos deve ser feita de forma comedida, sendo que investigações futuras poderiam beneficiar de amostras mais diversificadas em termos etários, educacionais e demográficos, de forma a testar a consistência dos padrões observados.

Em segundo lugar, a operacionalização do estatuto socioeconómico através da FAS III apresenta limitações importantes. Embora seja uma medida validada, o seu foco em bens de consumo e indicadores familiares torna-a mais adequada a adolescentes dependentes do agregado familiar, sendo que esta avaliação pode não obter resultados fidedignos em relação ao estatuto socioeconómico ou à perceção subjetiva de recursos

disponíveis em estudantes universitários. Estudos futuros podem beneficiar da utilização de medidas alternativas, como o rendimento pessoal declarado, a carga horária de trabalho remunerado ou escalas que capturem diretamente a perceção de segurança económica e autonomia financeira como a Escala de Estatuto Socioeconómico Subjetivo de Adler et al. (2000).

Aliado a este conceito, a utilização de uma média composta entre conservadorismo social e económico na SECS pode constar como uma obstrução de diferenças relevantes entre as duas dimensões, uma vez que a ideologia política é um construto multifacetado e a sua simplificação pode levar à perda de nuances cruciais. A separação destas componentes pode favorecer investigações futuras, analisando estas diferentes dimensões com o envolvimento e o não envolvimento, uma vez que cada uma delas poderá relacionar-se de forma distinta com as cognições, emoções e comportamentos associados ao desenvolvimento sustentável.

Além disso, o estudo baseou-se exclusivamente em medidas de autorrelato, o que levanta questões sobre a validade das respostas, nomeadamente face a enviesamentos de desejabilidade social. Embora amplamente utilizados na psicologia social, os instrumentos de autorrelato podem beneficiar de complementação como registos de participação em iniciativas ambientais, consumo energético individual ou escolha de produtos sustentáveis em situações experimentais.

Finalmente, o facto de os efeitos observados se concentrarem maioritariamente nas dimensões do não envolvimento sugere que os modelos conceptuais utilizados poderiam beneficiar de uma maior exploração das motivações inconscientes ou disposições implícitas que levam ao afastamento do discurso sustentável. Investigações futuras podem recorrer a métodos qualitativos, como entrevistas ou paradigmas

experimentais que avaliem atitudes implícitas, contribuindo para uma visão holística do fenómeno.

Estas estratégias permitirão não só validar os resultados aqui obtidos, como também refinar a compreensão das dinâmicas ideológicas, económicas e psicológicas que moldam as atitudes face ao desenvolvimento sustentável.

Conclusão

Este estudo contribuiu para compreender as relações entre fatores ideológicos, socioeconómicos e o posicionamento face ao desenvolvimento sustentável. Apesar de não se verificarem associações significativas entre o estatuto socioeconómico ou o conservadorismo político e o envolvimento com a sustentabilidade, observou-se uma associação entre o conservadorismo e o não envolvimento emocional. Estes dados sugerem que a sustentabilidade se está a tornar um valor mais transversal, embora a rejeição do discurso ambiental possa estar enraizada em valores mais conservadores. Assim, estratégias comunicativas devem ser adaptadas a diferentes públicos. As limitações metodológicas recomendam prudência na generalização dos resultados e apontam caminhos para futuras investigações.

Referencias

- Adler, N. E., Epel, E. S., Castellazzo, G., & Ickovics, J. R. (2000). Relationship of subjective and objective social status with psychological and physiological functioning: Preliminary data in healthy, White women. *Health Psychology, 19*(6), 586-592. <https://doi.org/10.1037/0278-6133.19.6.586>
- Afrahi, B., Blenkinsopp, J., Fernandez de Arroyabe, J. C. & Karim, M. S. (2022). Work disengagement: A review of the literature. *Human Resource Management Review, 32*(2), 100822. <https://doi.org/10.1016/j.hrmr.2021.100822>
- Alisat, S. & Riemer, M. (2015). The Environmental Action Scale: Development and psychometric evaluation. *Journal of Environmental Psychology, 43*, 13–23. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2015.05.006>
- Appleton, J. J., Christenson, S. L., Kim, D. & Reschly, A. L. (2006). Measuring cognitive and psychological engagement: Validation of the Student Engagement Instrument. *Journal of School Psychology, 44*(5), 427–445. <https://doi.org/10.1016/j.jsp.2006.04.002>
- Bouman, T., Steg, L., & Zawadzki, S. J. (2020). The value of what others value: When perceived biospheric group values influence individuals' pro-environmental engagement. *Journal of Environmental Psychology, 71*, 101470. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2020.10147>
- Boyce, W., Torsheim, T., Currie, C. & Zambon, A. (2006). The Family Affluence Scale as a measure of national wealth: Validation of an adolescent self-report measure. *Social Indicators Research, 78*(3), 473–487. <https://doi.org/10.1007/s11205-005-1607-6>
- Brandstätter, V. & Bernecker, K. (2022). Persistence and disengagement in personal goal pursuit. *Annual Review of Psychology, 73*(1), 271–299. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-020821-110710>

- Brese, F., & Mirazchiyski, P. (2013). Measuring students' family background in large-scale international education studies. In D. Hastedt & M. von Davier (Eds.), *Issues and methodologies in large-scale assessments* (Special Issue 2). *IERI Monograph Series*. International Association for the Evaluation of Educational Achievement.
- Brodhag, C. & Taliere, S. (2006). Sustainable development strategies: Tools for policy coherence. *Natural Resources Forum*, 30(2), 136–145.
- Butlin, J. (1989). *Our common future* by World Commission on Environment and Development (London: Oxford University Press, 1987, pp. 383, £5.95). *Journal of International Development*, 1(2), 284–287. <https://doi.org/10.1002/jid.3380010208>
- Chan, E. Y., & Lin, J. (2022). Political ideology and psychological reactance: How serious should climate change be? *Climatic Change*, 172, 17.
- Connell, J. P. & Wellborn, J. G. (1991). Competence, autonomy, and relatedness: A motivational analysis of self-system processes. In M. R. Gunnar & L. A. Sroufe (Eds.), *Self processes and development* (pp. 43–77). Lawrence Erlbaum Associates.
- Coomer, J. (1979). The nature of the quest for a sustainable society in J. Coomer (Ed.), *Quest for a Sustainable Society*. Pergamon Press.
- Cooper, P. J. & Vargas, C. M. (2015). *Implementing sustainable development: from global policy to local action*. Rowman & Littlefield.
- Cruz, S. M. (2017). The relationships of political ideology and party affiliation with environmental concern: A meta-analysis. *Journal of Environmental Psychology*, 53, 81-91. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.06.00>
- Currie, C., Molcho, M., Boyce, W., Holstein, B., Torsheim, T. & Richter, M. (2008). Researching health inequalities in adolescents: The development of the Health Behaviour in School-Aged Children (HBSC) Family Affluence Scale. *Social Science & Medicine*, 66(6), 1429–1436. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2007.11.024>

- Du, Q. & Kang, J. (2016). Tentative ideas on the reform of exercising state ownership of natural resources: Preliminary thoughts on establishing a state-owned natural resources supervision and administration commission. *Jiangxi Social Science*, 6.
- Eom, K., Kim, H. S., & Sherman, D. K. (2018). Social class, control, and action: Socioeconomic status differences in antecedents of support for pro-environmental action. *Journal of Experimental Social Psychology*, 77, 60-75.
<https://doi.org/10.1016/j.jesp.2018.03.005>
- Everett, J. A. C. (2013). The 12 Item Social and Economic Conservatism Scale (SECS). *PLoS ONE*, 8(12), e82131. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0082131>
- Evers, B. (2018). *Why adopt the sustainable development goals. The case of multinationals in the colombian coffee and extractive sector* (Master's thesis). Erasmus University Rotterdam.
- Fredricks, J. A., Blumenfeld, P. C. & Paris, A. H. (2004). School engagement: Potential of the concept, state of the evidence. *Review of Educational Research*, 74(1), 59–109.
<https://doi.org/10.3102/00346543074001059>
- Froiland, J. M., Worrell, F. C., Olenchak, F. R. & Kowalski, M. J. (2021). Positive and negative time attitudes, intrinsic motivation, behavioral engagement and substance use among urban adolescents. *Addiction Research & Theory*, 29(4), 347–357.
- Furrer, C., & Skinner, E. (2003). Sense of relatedness as a factor in children's academic engagement and performance. *Journal of Educational Psychology*, 95(1), 148–162.
<https://doi.org/10.1037/0022-0663.95.1.148>
- Guo, F. (2017). The spirit and characteristic of the general provisions of civil law. *Law and Economics*, 3(54), 5–16.
- Hartley, J. E. K., Levin, K. & Currie, C. (2016a). A new version of the HBSC Family Affluence Scale - FAS III: Scottish qualitative findings from the International FAS Development

- Study. *Child Indicators Research*, 9(1), 233–245. <https://doi.org/10.1007/s12187-015-9325-3>
- Hartley, J. E. K., Levin, K. & Currie, C. (2016b). A new version of the HBSC Family Affluence Scale - FAS III: Scottish qualitative findings from the International FAS Development Study. *Child Indicators Research*, 9(1), 233–245. <https://doi.org/10.1007/s12187-015-9325-3>
- Hornsey, M. J., Harris, E. A., Bain, P. G., & Fielding, K. S. (2016). Meta-analyses of the determinants and outcomes of belief in climate change. *Nature climate change*, 6(6), 622–626. <https://doi.org/10.1038/nclimate2943>
- Inman, R. A., Ribeiro de Faria, S., Pedras, S., & Moreira, P. A. S. (2024). Engagement and disengagement with sustainable development: Internal dynamics and relation to basic psychological needs. *Journal of Environmental Psychology*, 100, 102469. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2024.102469>
- James, P. & Magee, L. (2016). Domains of sustainability. in global encyclopedia of public administration, public policy, and governance (pp. 1–17). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-31816-5_2760-1
- Kehoe, S. & O'Hare, L. (2010). The reliability and validity of the Family Affluence Scale. *Effective Education*, 2(2), 155–164. <https://doi.org/10.1080/19415532.2010.524758>
- King, R. B., McInerney, D. M., Ganotice, F. A., & Villarosa, J. B. (2015). Positive affect catalyzes academic engagement: Cross-sectional, longitudinal, and experimental evidence. *Learning and Individual Differences*, 39, 64–72. <https://doi.org/10.1016/j.lindif.2015.03.005>
- Kolk, A. (2016). The social responsibility of international business: From ethics and the environment to CSR and sustainable development. *Journal of World Business*, 51(1), 23–34.

- Kumar, S., Raizada, A. & Biswas, H. (2014). Prioritising development planning in the Indian semi-arid Deccan using sustainable livelihood security index approach. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 21(4), 332–345.
<https://doi.org/10.1080/13504509.2014.886309>
- Lee, J.-S. (2014). The relationship between student engagement and academic performance: Is it a myth or reality? *The Journal of Educational Research*, 107(3), 177–185.
<https://doi.org/10.1080/00220671.2013.807491>
- Lei, H., Cui, Y. & Zhou, W. (2018). Relationships between student engagement and academic achievement: A meta-analysis. *Social Behavior and Personality: An International Journal*, 46(3), 517–528. <https://doi.org/10.2224/sbp.7054>
- Littig, B. & Griessler, E. (2005). Social sustainability: a catchword between political pragmatism and social theory. *International Journal of Sustainable Development*, 8(1/2), 65. <https://doi.org/10.1504/IJSD.2005.007375>
- Liu, Y., Wang, M., Villberg, J., Torsheim, T., Tynjälä, J., & Kannas, L. (2012). Reliability and validity of Family Affluence Scale (FAS II) among adolescents in Beijing, China. *Child Indicators Research*, 5(2), 235–251. <https://doi.org/10.1007/s12187-011-9131-5>
- Lobo, M.-J., Pietriga, E. & Appert, C. (2015). An evaluation of interactive map comparison techniques. In *Proceedings of the 33rd Annual ACM Conference on Human Factors in Computing Systems* (pp. 3573–3582). ACM. <https://doi.org/10.1145/2702123.2702130>
- Lorenzoni, I., Nicholson-Cole, S. & Whitmarsh, L. (2007). Barriers perceived to engaging with climate change among the UK public and their policy implications. *Global Environmental Change*, 17(3–4), 445–459. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2007.01.004>
- Lübke, C. (2022). Socioeconomic roots of climate change denial and uncertainty among the European population. *European Sociological Review*, 38(1), 153–168.

- Makransky, G., Schnohr, C. W., Torsheim, T. & Currie, C. (2014). Equating the HBSC Family Affluence Scale across survey years: A method to account for item parameter drift using the Rasch model. *Quality of Life Research*, 23(10), 2899–2907.
- McCright, A. M. (2010). The effects of gender on climate change knowledge and concern in the American public. *Population and environment*, 32, 66-87. <https://doi.org/10.1007/s11111-010-0113-1>
- McKenzie-Mohr, D. (2000). Fostering sustainable behavior through community-based social marketing. *American Psychologist*, 55(5), 531–537. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.5.531>
- Mensah, J. (2019). Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review. *Cogent Social Sciences*, 5(1). <https://doi.org/10.1080/23311886.2019.1653531>
- Milfont, T. L. & Sibley, C. G. (2012a). The Big Five personality traits and environmental engagement: Associations at the individual and societal level. *Journal of Environmental Psychology*, 32(2), 187–195. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2011.12.006>
- Milfont, T. L., Wilson, J. & Diniz, P. (2012b). Time perspective and environmental engagement: A meta-analysis. *International Journal of Psychology*, 47(5), 325–334. <https://doi.org/10.1080/00207594.2011.647029>
- Milfont, T. L., Milojev, P., Greaves, L. M., & Sibley, C. G. (2015). Socio-structural and psychological foundations of climate change beliefs. *New Zealand Journal of Psychology*, 44(1), 17-31.
- Milfont, T. L., Davies, C. L., & Wilson, M. S. (2019). The moral foundations of environmentalism. *Social Psychological Bulletin*, 14(2), 1-25.
- Moreira, P. A. S., Inman, R. A., Hanel, P. H. P., Faria, S., Araújo, M., Pedras, S. & Cunha, D. (2022). Engagement and disengagement with Sustainable Development: Further

- conceptualization and evidence of validity for the Engagement/Disengagement in Sustainable Development Inventory (EDiSDI). *Journal of Environmental Psychology*, 79. 101729. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2021.101729>
- Moreira, P. A. S., Ramalho, S. & Inman, R. A. (2021a). The Engagement/Disengagement in Sustainable Development Inventory (EDiSDI): Psychometric properties and validity-based studies. *European Journal of Psychological Assessment*, 37(5), 344–356. <https://doi.org/10.1027/1015-5759/a000619>
- Moreira, P. A. S., Inman, R. A., Cloninger, K. M., & Cloninger, C. R. (2021b). Student engagement with school and personality: A biopsychosocial and person-centred approach. *British Journal of Educational Psychology*, 91, 691–713. <https://doi.org/10.1111/bjep.12388>
- Motyka, B. (2018). Employee engagement and performance: a systematic literature review. *International Journal of Management and Economics*, 54(3), 227–244. <https://doi.org/10.2478/ijme-2018-0018>
- Natriello, G. (1984). Problems in the evaluation of students and student disengagement from secondary schools. *Journal of Research and Development in Education*, 17(4), 14–24.
- Neuber, L., Englitz, C., Schulte, N., Forthmann, B. & Holling, H. (2022). How work engagement relates to performance and absenteeism: a meta-analysis. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 31(2), 292–315. <https://doi.org/10.1080/1359432X.2021.1953989>
- Nguyen, T. D., Cannata, M. & Miller, J. (2018). Understanding student behavioral engagement: Importance of student interaction with peers and teachers. *The Journal of Educational Research*, 111(2), 163–174. <https://doi.org/10.1080/00220671.2016.1220359>
- O'Connor, R. E., Bord, R. J., Yarnal, B., & Wiefek, N. (2002). Who wants to reduce greenhouse gas emissions?. *Social Science Quarterly*, 83(1), 1-17.

- Oskamp, S. (2000). A sustainable future for humanity? How can psychology help? *American Psychologist*, 55(5), 496–508. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.5.496>
- Peifer, J. L., Khalsa, S., & Howard Ecklund, E. (2016). Political conservatism, religion, and environmental consumption in the United States. *Environmental Politics*, 25(4), 661-689. <https://doi.org/10.1080/09644016.2016.1159604>
- Ruggerio, C. A. (2021). Sustainability and sustainable development: A review of principles and definitions. *Science of the Total Environment*, 786. 147481. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2021.147481>
- Saith, A. (2006). From universal values to Millennium Development Goals: Lost in translation. *Development and Change*, 37(6), 1167–1199. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2006.00518.x>
- Saks, A. M. (2006). Antecedents and consequences of employee engagement. *Journal of Managerial Psychology*, 21(7), 600–619. <https://doi.org/10.1108/02683940610690169>
- Schaefer, A. & Crane, A. (2005). Addressing sustainability and consumption. *Journal of Macromarketing*, 25(1), 76–92. <https://doi.org/10.1177/0276146705274987>
- Schnohr, C. W., Makransky, G., Kreiner, S., Torsheim, T., Hofmann, F., De Clercq, B., Elgar, F. J. & Currie, C. (2013). Item response drift in the Family Affluence Scale: A study on three consecutive surveys of the Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) survey. *Measurement*, 46(9), 3119–3126.
- Schulz, P., Nicolai, S., Tomczyk, S., Schmidt, S., Franikowski, P., & Stoll-Kleemann, S. (2024). Gender and socioeconomic influences on ten Pro-environmental Behavior intentions: A German comparative study. *Sustainability*, 16(7), 2816.
- Scopelliti, M., Molinario, E., Bonaiuto, F., Bonnes, M., Cicero, L., De Dominicis, S., Fornara, F., Admiraal, J., Beringer, A., Dedeurwaerdere, T., de Groot, W., Hiedanpää, J., Knights, P., Knippenberg, L., Polajnar Horvat, K., Popa, F., Porras-Gomez, C., Smrekar, A., Soethe,

- N., ... Bonaiuto, M. (2018). What makes you a 'hero' for nature? Socio-psychological profiling of leaders committed to nature and biodiversity protection across seven EU countries. *Journal of Environmental Planning and Management*, 61(5–6), 970–993. <https://doi.org/10.1080/09640568.2017.1421526>
- Skinner, E. A., & Pitzer, J. R. (2012). Developmental dynamics of student engagement, coping, and everyday resilience. In S. L. Christenson, A. L. Reschlu, & C. Wylie (Eds.), *Handbook of research on student engagement* (pp. 21–44). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4614-2018-7_2
- Taylor, S. J. (2016). *A review of sustainable development principles*: Centre for environmental studies. University of Pretoria.
- Torsheim, T., Cavallo, F., Levin, K. A., Schnohr, C., Mazur, J., Niclasen, B. & Currie, C. (2016). Psychometric validation of the revised Family Affluence Scale: A latent variable approach. *Child Indicators Research*, 9(3), 771–784.
- Vrselja, I., Batinić, L., & Pandžić, M. (2024). Relationship between socioeconomic status and pro-environmental behavior: the role of efficacy beliefs. *Social sciences*, 13(5), 273. <https://doi.org/10.3390/socsci13050273>
- Wang, M. & Degol, J. (2014). Staying engaged: Knowledge and research needs in student engagement. *Child Development Perspectives*, 8(3), 137–143. <https://doi.org/10.1111/cdep.12073>
- Wang, M. & Fredricks, J. A. (2014). The reciprocal links between school engagement, youth problem behaviors, and school dropout during adolescence. *Child Development*, 85(2), 722–737. <https://doi.org/10.1111/cdev.12138>
- Wang, M.-T., Degol, J. L. & Henry, D. A. (2019). An integrative development-in-sociocultural-context model for children's engagement in learning. *American Psychologist*, 74(9), 1086–1102. <https://doi.org/10.1037/amp0000522>

- Weckroth, M., & Ala-Mantila, S. (2022). Socioeconomic geography of climate change views in Europe. *Global Environmental Change*, 72, 102453.
<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2021.102453>
- World Bank. (2023). *World Bank Group Partnership Fund for the Sustainable Development Goals: Annual Report*.
<https://documents1.worldbank.org/curated/en/099430108312328109/pdf/IDU0dec510680187604fcd0acdf0c5b07f4961b6.pdf>
- Zhai, T. & Chang, Y.-C. (2018). Standing of environmental public-interest litigants in China: Evolution, obstacles and solutions. *Journal of Environmental Law*, 30(3), 369–397.
<https://doi.org/10.1093/jel/eqy011>
- Zhong, B., Niu, N., Li, J., Wu, Y., & Fan, W. (2024). How subjective socioeconomic status influences pro-environmental behavior: the mediating role of sense of control and life history strategy. *Behavioral Sciences*, 14(7), 591. <https://doi.org/10.3390/bs14070591>